
A POLÍTICA GERAL DO GOVERNO

Intervenção de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro incluída no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN95), proferida no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa, em 19 de Maio de 1995.

Aníbal Cavaco Silva

A POLÍTICA GERAL DO GOVERNO

É com muito prazer que, mais uma vez, venho ao IDN partilhar algumas reflexões sobre as principais linhas de rumo da actividade governativa.

É sempre uma boa oportunidade para expor as orientações da política geral do Governo, particularmente no que concerne às grandes questões da defesa e segurança.

Pela experiência acumulada à frente do Governo, cada vez mais sinto o dever e a necessidade de salientar publicamente o imperativo para os dirigentes políticos de tomar sempre o critério do interesse nacional como guia e fonte de inspiração.

A valorização e a defesa do interesse nacional têm de prevalecer na conduta da actividade política, a despeito dos debates estéreis ou das manobras politiqueras, não obstante os interesses conjunturais e menores que tantas vezes parecem, embora artificialmente, condicionar a vida nacional.

A afirmação de Portugal no mundo e a credibilidade no plano internacional, a modernização e o desenvolvimento da economia nacional, em base sustentada e solidária, a valorização dos recursos humanos e a prossecução de políticas realistas na área da defesa e segurança são esteios em que se tem apoiado a recuperação moral e material que o nosso País tem vivido nos últimos anos.

Na base dos resultados conseguidos está, acima de tudo, o trabalho, a iniciativa e a capacidade dos portugueses, qualidades potenciadas quando o País impõe a si próprio um quadro de estabilidade, de governabilidade, de coerência nas políticas e de segurança para o esforço colectivo de desenvolvimento.

O ambiente de segurança e tranquilidade constitui uma envolvente decisiva e necessária, que em muito beneficia se for objecto de um alargado consenso dentro da sociedade.

É normalmente perigoso utilizar a segurança interna como arma de arremesso na luta partidária ou campo de demagogia pré-eleitoral, procurando

alarmar e acentuar junto dos cidadãos um sentimento subjectivo de insegurança.

Analisar, informar e criticar as situações com que se confrontam as instituições, as políticas e a sua execução em matéria de segurança, é natural num regime democrático. Outra coisa completamente diferente, e quanto a mim, altamente censurável, é manipular a sensibilidade que as pessoas naturalmente têm neste domínio, ou procurar desacreditar as forças e serviços de segurança com o objectivo de tentar captar votos.

A ordem e a tranquilidade públicas e a segurança de pessoas e bens são valores demasiado preciosos numa sociedade para poderem servir de instrumentos no confronto político-partidário. A sua utilização nesse confronto é um caminho que a defesa do interesse nacional aconselha a não trilhar.

O ano de 1994 confirmou mais profundamente uma verdade, clara há já dez anos, que se impõe como determinante fundamental da nossa vida económica: *Portugal é uma economia que tem de competir abertamente no espaço internacional.*

O mundo de hoje mostra-se, mais do que nunca, um espaço de concorrência, de relação e interacção. Velhas barreiras foram derrubadas e inimizades seculares foram esquecidas. No campo económico, a abertura ao exterior e a saudável competição a nível mundial começam a ser a regra geral.

Este quadro novo começou a ser traçado no pós-guerra, mas intensificou-se com a liberalização dos anos oitenta e a «queda dos muros» dos anos noventa. Ficou assim lançada a estrutura do que será a economia do século XXI.

Foi esta realidade que, mais do que tudo, obrigou à mudança da economia portuguesa. A profunda transformação que ela impunha tornou-se, com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986, uma urgência imperiosa.

Desde o princípio, o Governo, atento a esta realidade, programou uma sequência de ambiciosas reformas estruturais, com vista à adaptação indispensável ao novo quadro internacional. Hoje, é possível ver como as reformas são uma realidade. E até às vezes nos esquecemos dos grandes obstáculos que foi preciso vencer para as conseguir. O que parecia então impossível a muitos é tomado hoje, por alguns, como uma fácil realização.

Nesse grande conjunto de reformas, que atingiu todos os campos da vida nacional, algumas são particularmente relevantes para a nossa economia. Vale a pena referir as mais salientes.

A reforma do sistema fiscal impunha-se claramente. Uma estrutura tributária obsoleta, injusta e ineficiente tinha de ser revista, para se adequar ao novo quadro económico. A introdução do IVA em 1986 e dos novos impostos directos em 1989 (IRS, IRC e CA) foram os passos mais importantes deste processo. A reforma fiscal dos finais dos anos oitenta ficará certamente na História como uma das mais profundas realizadas em Portugal.

A reforma fiscal está estreitamente ligada à mudança de atitude na intervenção conjuntural do Governo.

Longe vão já os anos em que os enormes défices das contas públicas determinavam e condicionavam a totalidade da acção conjuntural. Hoje, está já afastada a ditadura financeira motivada pelo descontrolo das finanças públicas. As políticas orçamental, monetária e cambial do Governo estão orientadas para a definição de um quadro macro económico estável e coerente, que favoreça o crescimento económico sustentável e não inflacionista, com vista à normal integração de Portugal nos mercados europeu e mundial. Podemos dizer que a política de estabilização deixou de servir os interesses de um Estado gastador, para se orientar para o desenvolvimento e internacionalização do sector produtivo.

A redefinição do papel do Estado no sector produtivo, desmesurado e distorcido pela visão colectivista que imperou a seguir ao 25 de Abril, foi uma outra tarefa essencial. O processo de privatizações e a abertura dos sectores à iniciativa privada constituíram as respostas do Governo. Apesar dessa reforma ser urgente e indispensável, os obstáculos à sua realização eram formidáveis.

Alterou-se radicalmente a situação, anacrónica num país da União Europeia, em que um grande número de sectores era largamente reservado ao capital público e lançou-se um amplo programa de privatização de empresas públicas, que conduziu já à redução do peso do sector empresarial do Estado de 20% para 10% do PIB.

O processo de privatizações é uma tarefa de dimensão histórica, de grande complexidade e delicadeza, que foi enfrentada segundo uma abordagem gradual, prudente, flexível e multifacetada, adaptada a cada empresa, sector, período e situação. Trata-se de uma reforma estrutural da maior relevância, que já está a ter, e continuará a ter, no futuro, uma influência decisiva no tecido económico português, contribuindo para a dinamização da sociedade civil, a eficiência na afectação de recursos, a racionalidade dos investimentos e o desenvolvimento do moderno espírito empresarial.

O processo foi iniciado em 1989 e tem seguido o seu percurso de forma segura e intensa. Talvez tenha desiludido alguns irrealistas que, não tomando em conta a dimensão e profundidade da tarefa, esperavam a ausência de problemas. Mas temos de concordar que as nossas privatizações têm seguido o seu caminho sem perturbações de maior, sobretudo se comparadas com outros processos estrangeiros homólogos. Os poucos casos em que surgiram problemas servem, sobretudo, para sublinhar o sucesso generalizado. Portugal foi, entre 1989 e 1993, o terceiro País da OCDE onde o processo de privatizações foi mais significativo.

É hoje amplamente reconhecido que um dos factores mais importantes para assegurar o desenvolvimento económico é a flexibilidade do mercado de trabalho. Quer o crescimento da produção, quer a criação de emprego dependem crucialmente de uma reafectação célere e dinâmica do factor trabalho entre postos produtivos. Em 1985, Portugal vivia ainda com uma legislação laboral que provinha dos tempos revolucionários, completamente desadequada à realidade económica europeia, que não permitia a adaptação da quantidade de mão-de-obra às alterações das condições do mercado ou tecnológicas, pondo em causa a sobrevivência das empresas. Apesar das enormes dificuldades que houve que vencer, foram conseguidos avanços significativos na flexibilização da legislação laboral com a revisão do regime jurídico do contrato de trabalho em 1989 e em 1991.

Estas alterações estruturais permitem às empresas enfrentar melhor o acréscimo da concorrência e criam condições mais favoráveis ao crescimento económico e à criação do emprego, sem deixar de proteger e respeitar os direitos dos trabalhadores.

A queda da taxa de desemprego e a sua manutenção, apesar da recente recessão, a níveis muito inferiores aos da média comunitária, são sinal de um mercado de trabalho flexível e moderno, que deixou de ser obstáculo maior à modernização do País.

Nesta transformação profunda da economia que se desenrolou ao longo de dez anos, um sector mereceu a atenção particular do Governo: o sector financeiro. Portugal tinha, após anos de dirigismo estatal, um sector financeiro antiquado, fechado e ineficiente, reprimido por uma forte regulamentação administrativa. Não era possível uma saudável integração económica de Portugal no mundo desenvolvido sem a profunda reestruturação deste sector.

Hoje é fácil ver o longo caminho percorrido. Assistiu-se a um impressionante processo de dinamização bolsista, à introdução de novos produtos financeiros, à implantação de um novo quadro legal, ao aparecimento de

novos tipos de instituições. Procedeu-se à liberalização do sistema financeiro, que se integrou plenamente no espaço comunitário, com total liberdade de movimento de capitais. Trata-se de uma das evoluções financeiras mais rápidas e notáveis da História mundial.

Graças às profundas reformas empreendidas, Portugal tem hoje um sistema financeiro globalmente mais sólido e eficiente, com um leque de instituições e de instrumentos adequados às diferentes necessidades de aplicação e mobilização de fundos.

Em Abril de 1992 o Escudo aderiu ao mecanismo de taxas de câmbio do SME, uma decisão histórica que abriu uma nova fase na evolução da moeda portuguesa e fixou as novas bases do modelo de crescimento da economia nacional. A política monetária foi reformulada de molde a torná-la consistente com os objectivos de controlo da inflação e estabilidade cambial, assumindo a política orçamental um papel privilegiado na realização do equilíbrio interno.

Outro sector particularmente importante é, sem dúvida, a agricultura. Muito se tem falado sobre esta actividade, sem no entanto captar o essencial da evolução recente. Na agricultura, o mais tradicional dos sectores tradicionais, foi completada a complexa tarefa de integração comunitária. Durante essa fase foram conseguidos, apesar do cepticismo de alguns, várias mudanças essenciais.

Está hoje consumada a estabilização da posse e uso da terra e é, assim, possível continuar o esforço de aumento de produtividade. A reestruturação está bem visível no decréscimo da população agrícola, que passou de cerca de 23% em 1985 para menos de 12% em 1993.

Mas não escondemos as grandes dificuldades das tarefas que, neste, como noutros campos, se nos deparam.

A agricultura portuguesa tem de apostar fortemente no reforço da sua produtividade, numa linha empresarial que, no essencial, não difere da dos demais sectores de actividade. Porque é uma ilusão pensar que o sector pode escapar à regra da concorrência internacional. Apesar de tudo, conseguimos melhorar, em diálogo com as instâncias comunitárias, as condições de desenvolvimento da nossa agricultura negociadas quando do tratado de adesão.

Também o sector da habitação, sector chave do desenvolvimento de qualquer sociedade, apresentava, em 1986, um conjunto de insuficiências graves, fruto de décadas de intervenção, com efeitos altamente distorçores das condições normais de funcionamento do mercado. O mercado de arrendamento era praticamente inexistente.

Um dos problemas mais difíceis de resolver neste sector é o da distinção entre o mercado corrente e a habitação social. Para a generalidade dos cidadãos, é conveniente que se verifique a livre transacção no mercado, mas tem de existir uma política social de apoio aos mais necessitados. Estas duas dimensões não podem ser confundidas.

Assim, o Governo promoveu a liberalização progressiva da legislação do arrendamento, ao mesmo tempo que reforçava a política de habitação social. Só assim era possível promover o aumento da oferta de habitações, procurando garantir simultaneamente o acesso das famílias de menores recursos a uma casa digna.

Assim, a reforma do enquadramento legal do arrendamento urbano foi acompanhado de medidas de apoio social aos mais carecidos.

A reforma de um sector tão influente e significativo como é a habitação exige uma significativa prudência e equilíbrio. Existem direitos adquiridos e fortes redistribuições que têm de ser acauteladas. O Programa de Erradicação de Barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto é o mais ambicioso projecto de habitação social de que há memória em Portugal.

Em resultado das profundas transformações estruturais, a economia de hoje é uma realidade muito diferente da que era há dez anos. Mais adaptada à realidade internacional deste final do século, a economia portuguesa começa a enfrentar e a resolver os desafios típicos de uma sociedade desenvolvida.

Esses desafios têm de ser vencidos pelas empresas, pelos trabalhadores, pelos portugueses em geral. Pode haver apoio do Estado, mas é na acção dos agentes económicos, sociais, científicos e culturais e na evolução das mentalidades que se joga o futuro do País.

A reestruturação empresarial passa pela afirmação da qualidade nas empresas e por uma atitude diferente por parte do empresário. Isso significa uma atenção acrescida a aspectos que, tradicionalmente, foram esquecidos nas empresas portuguesas. A importância das redes de distribuição, a atenção ao «marketing» e à publicidade, à embalagem e apresentação são essenciais.

A criação de marcas portuguesas, o cuidado com os fluxos de informação, a inovação, as ligações internacionais, as participações em empresas externas, a criação de filiais no estrangeiro e a negociação de «joint-ventures» têm de passar a ser fundamentais para os empresários portugueses, como o são já para os seus concorrentes.

É este o verdadeiro caminho para as empresas portuguesas.

A integração portuguesa no mercado mundial e, em particular, na estrutura comunitária, bem como a aceitação das regras da concorrência internacional revelam-se nos momentos bons como nos momentos mais difíceis. A alternativa é o isolamento e o empobrecimento.

Hoje, Portugal emerge desta breve crise estruturalmente mais forte do que estava antes, e mais confirmado na linha de rumo que vem sendo traçada desde há quase dez anos.

Os tempos de crise revelaram-se, também, surpreendentemente para alguns, meses de grande reflexão estratégica. E essa reflexão proporcionou a pormenorização das tarefas indispensáveis nas fases próximas da evolução nacional. Aí está, em plena execução, o Plano de Desenvolvimento Regional para 1994-99.

Passada a dificuldade, as perspectivas da retoma da economia são boas. Não deve haver lugar a euforias, mas os sinais são cada vez mais evidentes em, praticamente, todos os sectores.

O projecto de construção europeia, volvido quase meio século sobre a data do seu lançamento, apresenta-se hoje como um dos processos mais dinâmicos e originais de cooperação entre Estados soberanos da História contemporânea, constituindo uma referência e um modelo no nosso Mundo em transformação.

Cimentada por um longo processo evolutivo, gradual e pragmático, a União Europeia é o resultado da vontade política dos Estados que a compõem, no sentido de procurar, num quadro de paz e cooperação, as respostas adequadas aos desafios que lhes são colocados pela sociedade moderna.

Membro de pleno direito da União desde 1986, Portugal tem participado activamente no desenvolvimento deste projecto comum.

Um balanço destes últimos nove anos, conduz-nos obviamente à conclusão de que a adesão de Portugal à Comunidade Europeia foi um passo globalmente positivo para o nosso País, bem como um factor de enriquecimento do projecto europeu.

Se um dos aspectos positivos a registar foi o acesso aos mercados e aos meios financeiros necessários à modernização do nosso País, igualmente importantes, diria mesmo, fundamentais, foram aspectos menos quantificáveis, como o dinamismo que a participação nacional na União Europeia trouxe à vida política, administrativa e empresarial portuguesa.

Igualmente importantes foram as repercussões da nossa adesão no reforço da nossa capacidade de intervenção na cena internacional, potenciando uma defesa mais eficaz das prioridades da nossa política externa.

Com efeito, é uma realidade que a nossa intervenção na definição da política externa da União se tem revelado francamente positiva, tanto no que se refere à defesa dos interesses nacionais (como sucedeu nas negociações do *Uruguay Round* do GATT ou na defesa dos direitos do Povo de Timor), como na promoção do desenvolvimento das relações com Regiões que nos são próximas (como o Magrebe) ou com as quais mantemos relações históricas (África e América Latina).

O ano de 1994 ficará assinalado na História da União como o ano em que esta acolheu três novos Estados europeus: a Áustria, a Suécia e a Finlândia.

Atraídos por este pólo de desenvolvimento e estabilidade que é a União Europeia, outros países do nosso Continente aspiram a tornar-se membros da mesma, perfilando-se assim já no horizonte perspectivas de novos alargamentos.

Portugal tem apoiado a perspectiva de novos alargamentos, mas considera que, no interesse de ambos os lados, este desenvolvimento deverá ser precedido de uma cuidadosa preparação, tanto por parte dos futuros membros como por parte da própria União Europeia.

Com efeito, julgamos que todo o alargamento da União deverá ser feito em termos que não ponham em risco o seu dinamismo e a sua coesão interna.

Afigura-se-nos, assim, indispensável, que qualquer adesão tenha como princípio básico a integral aceitação do acervo comunitário pelos candidatos, o que requer que estes preparem cuidadosamente as suas economias para as exigências acrescidas que resultarão da sua integração no nosso espaço económico.

Por outro lado, no plano intracomunitário há a consciência da necessidade de assegurar que os futuros alargamentos não venham a ter um impacte negativo sobre a União, tanto no que diz respeito ao funcionamento das suas políticas como no que se refere à eficácia dos seus mecanismos de decisão.

Esta será uma das preocupações que, inevitavelmente, será abordada na Conferência Intergovernamental a realizar-se no início do próximo ano.

Em termos globais, esta deverá proceder a uma avaliação da forma como o Tratado de Maastricht foi aplicado desde a sua entrada em vigor, procedendo aos reajustamentos que a experiência tenha revelado necessários ou que a preservação da eficácia da futura União alargada vier a requerer.

A semelhança dos seus parceiros europeus, Portugal começou já a preparar-se para participar activamente neste complexo debate sobre o aprofundamento da União, entendendo que importará, em qualquer caso, preservar a concepção global e solidária do processo europeu.

Não aceitamos que o reexame do funcionamento da União possa servir de pretexto para subverter equilíbrios e dinâmicas que foram pacientemente construídos e cimentados ao longo das últimas décadas.

Dentro desta óptica, e sempre norteados por uma preocupação clara de contribuir para o progresso da União Europeia, estamos abertos a procurar soluções que reafirmem e desenvolvam o modelo de cooperação decidido em Maastricht, tanto no contexto do denominado I Pilar, como em relação às áreas da Política Externa e de Segurança Comum ou da Justiça e Assuntos Internos.

Na mesma linha, estamos abertos a considerar a necessidade de eventuais reajustamentos do presente sistema institucional da União tendo em vista melhorar a sua eficácia. Consideramos, contudo, que alguns aspectos essenciais dos actuais equilíbrios deverão ser preservados, como sejam a representação de todos os Estados em todas as Instituições, o actual sistema de rotação de Presidências entre os Estados membros, o regime linguístico em vigor e a regra da unanimidade para a revisão do Tratado.

Julgamos essencial que o debate a emprender se mantenha dentro de parâmetros realistas e acessíveis a todos os nossos cidadãos, devendo decorrer com grande transparência e mantendo o espírito de confiança e solidariedade entre todos os Estados que participam neste projecto comum.

A alteração radical dos equilíbrios geoestratégicos, operada nos finais dos anos 80, veio colocar os responsáveis europeus e mundiais perante novos desafios no plano da ordem e estabilidade internacionais.

Situações como a tragédia da ex-Jugoslávia, o aparecimento de tensões e conflitos no território da antiga União Soviética ou o surto de fundamentalismos religiosos na fronteira Sul do Continente tornaram ainda mais evidente a necessidade de se procurarem soluções que contribuam para a promoção da paz e estabilidade do continente europeu.

É neste contexto que se situa o debate em curso sobre o papel que organizações como a OSCE, a União Europeia, a UEO e a NATO poderão desempenhar para a prossecução deste objectivo, nomeadamente através do seu aprofundamento e alargamento.

Confirmada a centralidade da NATO e do elo transatlântico na política de defesa europeia, a Aliança encontra-se embrenhada numa profunda reflexão interna sobre o seu futuro papel no desenvolvimento da Arquitectura de Segurança Europeia.

É, aliás, já neste contexto que tem vindo a desenvolver um processo de aproximação aos Países da Europa Central e de Leste, tendo

em vista a consolidação de um novo espírito de cooperação no Continente.

No seguimento desta evolução insere-se o actual debate sobre o alargamento da NATO aos Países do Leste europeu, perspectivado como um novo passo para o reforço da estabilidade na Europa.

Trata-se de um processo que deverá ser cuidadosamente preparado, cujo lançamento requer uma avaliação prévia de todas as suas implicações, por forma a assegurar que o mesmo contribuirá para o reforço da segurança e estabilidade europeias, sem criar novas fronteiras no nosso Continente.

Igualmente importante é o papel da UEO no desenvolvimento desta nova abordagem global de segurança europeia.

O papel da UEO deverá ser visto numa lógica de complementariedade e reforço daquele que é desempenhado pela NATO, cujas instâncias não hesitaram em reconhecer a importância do desenvolvimento de uma identidade europeia de defesa na prossecução do objectivo global de promoção da estabilidade na Europa.

Portugal assegura durante o presente semestre a Presidência da UEO e, nesta qualidade, tem trabalhado para o desenvolvimento das suas capacidades operacionais, bem como dos mecanismos que permitirão assegurar, no futuro, uma indispensável articulação entre esta organização e a NATO.

Do mesmo modo, a Presidência portuguesa empenhou-se no desenvolvimento da primeira fase da reflexão sobre as novas condições de segurança na Europa, tendo em vista preparar o contributo da UEO para a reflexão da Conferência Intergovernamental de 1996 sobre o desenvolvimento de uma política europeia de defesa.

Neste ponto, pensamos que as decisões colectivas em matéria de defesa devem ser tomadas pela regra da unanimidade excluindo-se, portanto, mecanismos que possibilitem decisões por maioria.

As recentes decisões da reunião ministerial da UEO vieram premiar os esforços da Presidência portuguesa. Foram cabalmente atingidos os objectivos que traçámos, de desenvolvimento das capacidades próprias de organização, pelo reforço e alargamento das suas estruturas, dos mecanismos de decisão e de planeamento de forças e pela aprovação de esquemas de financiamento das operações da UEO.

A prazo, a viabilização da UEO, como executora da política de defesa da União Europeia, passa em boa parte pelo acordo com a NATO sobre os meios e capacidades que esta pode tornar disponíveis para a UEO e sobre o conceito das Forças Conjuntas e Combinadas (CJTF).

Desde o início que o acordo nestas matérias tem conhecido algumas dificuldades, ficando também a dever-se à Presidência portuguesa um notável impulso e dinamização no desenvolvimento deste conceito.

As CJTF merecem uma crescente atenção dos países da NATO e da UEO, tendo-se Portugal disponibilizado para apoiar um papel alargado do IBERLANT neste âmbito. Esta é uma boa oportunidade para que este comando NATO, baseado em Portugal, possa alargar o seu peso e influência.

Portugal tem feito crescer a sua participação activa tanto na NATO como na UEO. Nesta, é de salientar a nossa participação no estabelecimento das novas forças EUROFOR e EUROMARFOR, a par com a França, Itália e Espanha. As nossas forças ficarão em dupla atribuição à NATO e à UEO, o que é um procedimento acordado e corrente em países que pertencem às duas organizações.

Esta nossa participação mais activa é possibilitada pela gradual adequação das nossas Forças Armadas para dar resposta às crescentes solicitações externas, das quais não poderíamos ficar ausentes, sob pena de grave prejuízo da nossa posição internacional.

Por outro lado, Portugal tem vindo a acompanhar, com renovada atenção, a evolução da área do Mediterrâneo e em especial do Magrebe. Entendemos que a segurança, a estabilidade política e o desenvolvimento económico e social desta região nos dizem directa ou indirectamente respeito.

É nessa óptica que devem ser apreciadas as nossas iniciativas políticas, a defesa que fazemos do reequilíbrio das relações da Europa com os seus flancos Leste e Sul e o claro aprofundamento da nossa cooperação bilateral com a região.

O nosso desafio colectivo consistirá em alcançar aquilo a que chamaria um co-desenvolvimento, assente na complementaridade voluntária dos interesses de longo prazo entre as duas margens do Mediterrâneo.

Portugal tem tido um papel precursor na apresentação de propostas ou na adopção de iniciativas tendentes a favorecer este co-desenvolvimento. Um só exemplo servirá para ilustrar esta política: refiro-me ao gasoduto Magrebe-Europa que, para além dos seus méritos próprios e do seu contributo para a diversificação das nossas fontes energéticas, representa uma aposta séria no estabelecimento de um elo estrutural de interdependência e de co-prosperidade entre a Argélia, Marrocos, Espanha e Portugal.

O nosso progresso e a nossa segurança passarão cada vez mais por este tipo de iniciativas. Continuaremos, pois, a privilegiar uma caminhada conjunta com o nosso flanco Sul.

A África figurou ao longo dos últimos dez anos, num lugar de destaque entre os pólos de referência da política externa portuguesa. No quadro bilateral, como no âmbito das Nações Unidas ou da União Europeia, demos provas constantes de solidariedade com o continente Africano, que um destino partilhado durante séculos nos levou a compreender e a estimar.

Este interesse em novos moldes por África ficou, desde logo, bem patente no facto de se haverem normalizado as relações políticas com todos os PALOPs e de se terem criado e consolidado quadros de cooperação ambiciosos e exemplares com cada um deles individualmente e, também, com os Cinco em conjunto, que espelham bem a verdadeira cumplicidade e parceria que temos vindo a erguer.

Numa altura em que o mundo desenvolvido parece questionar a utilidade da cooperação com os países menos avançados, orgulhamo-nos, pelo nosso lado, da dimensão quantitativa e, sobretudo, qualitativa da nossa cooperação com a África de expressão portuguesa, que faz de Portugal certamente o mais importante e fiável parceiro estratégico de todos esses países.

É de salientar, neste âmbito, a importância e o significado político das emissões regulares da RTPi e da RDPI para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e o início, que esperamos próximo, dessas mesmas transmissões para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Trata-se certamente de um valioso instrumento de divulgação da língua, de intercâmbio de culturas e de aproximação às nossas próprias comunidades residentes nesses países.

No plano político, assumimos um papel importante e internacionalmente reconhecido nas negociações de paz de Angola e de Moçambique e colocámos à disposição das Nações Unidas forças militares e policiais, tendo em vista garantir o êxito dos processos delicados de transição vividos nesses países. Esperamos sinceramente que os recentes desenvolvimentos em Angola ponham fim à tragédia que tem atingido o povo angolano e permitam a este país ocupar rapidamente o lugar que deve ser o seu no contexto africano.

Com todos os países africanos de expressão portuguesa, e tendo em vista o apoio aos processos de transição democrática, acordámos conferir prioridade às áreas da cooperação com reflexo na consolidação do Estado de Direito e na melhoria do respeito pelos Direitos Humanos.

Merece especial referência, neste contexto, a cooperação técnico-militar e também no domínio da administração interna com os PALOPs e, em particular, com as duas grandes nações de língua portuguesa da África Austral. Sejamos claros a este respeito: é do interesse destes nossos parceiros e é nosso dever desenvolver e intensificar a cooperação nestas áreas igualmen-

te essenciais para a consolidação do Estado democrático e que tantas apetências suscitam por parte de terceiros.

Os anos 90 registaram um crescimento gradual, sólido e consistente da cooperação militar com os PALOPs. A concretização desta política realizou-se na sequência da assinatura dos Acordos de Cooperação Militar, em 1988 e 89, com Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné-Bissau.

Nos casos de Cabo Verde, Guiné e São Tomé a cooperação alcançou já um quadro estabilizado.

Em Moçambique, Portugal teve, como se sabe, um papel destacado no processo de Paz, nomeadamente na formação das novas Forças Armadas, concluindo integralmente e com êxito todos os compromissos assumidos. Actualmente está a ser dada sequência àqueles apoios, tendo recentemente sido acordado um novo programa de acções.

Angola poderá estar agora no limiar de um novo processo de paz e Portugal vai ter participação activa e qualificada na transição. Participamos na força de Paz das Nações Unidas, UNAVEM III, na qual teremos, além de militares, no comando e como observadores, também unidades militares. Uma Companhia de Transmissões está na fase de deslocação para Angola, enquanto se prepara outra unidade especializada em logística.

Paralelamente, prosseguimos a cooperação militar adequada à situação especial que Angola vive, pondo um particular ênfase na formação e valorização dos homens.

As querelas políticas que há uns meses se desenvolveram em torno da cooperação com Angola, foram artificiais, menores e internas. Prendem-se com o jogo político-partidário e só foram possíveis porque Angola apaixonou os portugueses.

Os militares angolanos que, entretanto, foi possível formar e valorizar são elementos importantes para a Angola do futuro e para a sua reconstrução.

Sempre acreditei que a África tem um futuro de desenvolvimento e de emancipação à sua frente, apesar das graves dificuldades, das situações de extrema pobreza e mesmo das tragédias humanas que actualmente enfrenta. Esse futuro terá de ser construído antes de mais, com o recurso ao próprio trabalho dos africanos e com base na sua própria sabedoria e no seu sentido das responsabilidades.

Portugal, fiel à sua História e ciente dos seus interesses, estará certamente pronto, nesta perspectiva, a com eles aprofundar a autêntica parceria iniciada nos últimos anos, emblemática do nosso universalismo e da nossa forma única de estar no mundo.

Antes de terminar, é devida uma especial referência à profunda transformação operada nas Forças Armadas nos últimos anos.

Quem tiver boa memória pode lembrar-se de que, em 1986, não estava sequer iniciado o edifício jurídico previsto na Lei da Defesa Nacional, publicada em 1982, e nada se tinha feito na reorganização das Forças Armadas. Estas, após o protagonismo dos anos 70, entraram em fase de esquecimento, agravando gradualmente a sua desadequação para as tarefas requeridas no Portugal do final do século XX.

Convirá relembra que o dispositivo territorial se encontrava largamente disperso por muitas centenas de instalações, constituindo um peso particularmente sentido no caso do Exército.

Os efectivos totais baseavam-se no pessoal em prestação do serviço militar obrigatório, não adequado para o desempenho de tarefas no exterior do país.

Apesar de Portugal beneficiar, naquela fase, de considerável assistência militar de países aliados, as necessidades de reequipamento faziam-se sentir de forma premente nos três Ramos das Forças Armadas.

O vasto programa de reformas realizado ao longo dos últimos anos alterou profundamente esta situação.

O Ministério da Defesa Nacional era, em 1986, praticamente inexistente, uma vez que não tinha órgãos próprios e se limitava ao Gabinete do Ministro. Em matéria de reorganização foi por isso dado um importante passo, no início de 1988, com a publicação da primeira lei orgânica do Ministério da Defesa.

Esta orgânica foi revista em 1993, ao mesmo tempo que foram publicadas as novas leis orgânicas do EMGFA e dos três Ramos das Forças Armadas, criando-se uma estrutura organizativa coerente. Em especial, no caso do Exército realizaram-se extensas modificações e foi racionalmente concentrado o dispositivo territorial.

Na área de Pessoal, foi no início de 1990 publicado o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, ficando revogadas nada menos do que duas centenas de diplomas anteriores que tinham sido publicados a partir de 1947.

Para promover a racionalização de efectivos dos Quadros Permanentes foi, em 1992, aprovada legislação que facilitava a reforma antecipada e estabelecia outras medidas para um efectivo descongestionamento nos postos superiores.

Conforme se estipulava na Lei de Defesa Nacional foi, em 1987, publicada a Lei de Serviço Militar, que reduziu o tempo de Serviço Obrigatório de 16 para 12 meses e que previa outras reduções futuras.

Em 1991 foi substancialmente alterado o Conceito de Serviço Militar, reduzindo o tempo normal para 4 meses, com um período de transição, ao mesmo tempo que se criaram novos regimes de serviço voluntário e de contrato, incluindo a prestação voluntária de serviço por cidadãos do sexo feminino.

Em matéria de reequipamento, devo relembrar a 1.ª Lei de Programação Militar publicada em 1987, que estabeleceu os programas a executar até 1991, incluindo fundos nacionais e também os programas apoiados pela assistência militar externa.

Em 1993 foi publicada a 2.ª Lei de Programação Militar, visando o período até 1997, contando quase só com fundos nacionais, sendo simultaneamente introduzida a metodologia de planeamento deslizando.

A comparação da situação em meados dos anos 80 com a actual evolução das Forças Armadas mostra claramente as profundas transformações operadas no sentido da sua modernização.

Em consequência das medidas tomadas, nos Quadros Permanentes foram corrigidas várias distorções, passando-se de uma situação em que havia mais oficiais superiores do que nos postos médios e inferiores, para a situação inversa, que corresponde a uma normalização desejável em qualquer estrutura.

O pessoal em serviço militar obrigatório, que em 1987 constituía cerca de 70% dos efectivos, baixou para cerca de 30% em 1994. Ao mesmo tempo, o número de voluntários tem vindo a crescer, atingindo perto de 30% do efectivo total no final de 94.

Apesar dos elevados custos dos modernos equipamentos militares, é inegável que se tem vindo gradualmente a avançar para um nível razoável de modernização no equipamento dos três Ramos das nossas Forças Armadas.

Foi um longo caminho, ainda não concluído, mas no qual foram dados os passos mais difíceis e determinantes, tendo ficado para trás uma ou outra resistência ou incompreensão. Quem analisar friamente as transformações operadas à luz do interesse nacional e das crescentes solicitações externas, terá de reconhecer que a reforma estrutural das Forças Armadas foi conseguida.

Esta realização ficou a dever-se por um lado, ao impulso e direcção política do Governo, como é evidente, mas também é de inteira justiça salientar que só foi possível pelo elevado espírito de missão e pelo grande rigor e vontade de cumprir que foram postos na execução das reformas, pelos próprios militares.

Portugal cresceu, transformou-se, desenvolveu-se em liberdade e está agora mais preparado para vencer os desafios complexos que se colocam às sociedades modernas.

Teremos de continuar a dar passos gigantescos na criação de riqueza e na construção sustentada do desenvolvimento, sem descurar a correcta preservação do ambiente, o adequado ordenamento do nosso território, a solidária protecção social dos mais desfavorecidos e, sobretudo, a aposta decisiva na nossa juventude e na qualidade da sua educação.

O muito que já conseguimos nestes últimos anos dá-nos a verdadeira dimensão das nossas capacidades.

E deixa-nos conscientes das dificuldades – é certo –, mas também decididos a não dar guarida ao desânimo, à descrença ou ao miserabilismo que algumas vezes teimam em lançar no nosso caminho.

Portugal é hoje um País fortemente empenhado na construção europeia, seguro da sua identidade e firme na preservação da sua vocação atlântica e na manutenção de laços privilegiados com os países de língua portuguesa.

Estou convicto de que temos fortes razões para ser optimistas e para acreditarmos, com determinação, no nosso futuro colectivo.

Aníbal Cavaco Silva